

GABARITO COMENTADO - SIMULADO 03/02/2018

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Guimarães

01. LETRA C

O título do texto menciona pediatria o que só irá ser explicado no seguinte parágrafo:

A pediatria é uma das especialidades que mais sofrem com essa situação, que beira o surreal. No Brasil, há 35 mil especialistas na área. Pouco mais de 70% deles atuam na rede pública, principalmente nessa rede que carece de quase tudo. Mesmo assim, num contexto completamente adverso, eles têm se desdobrado para oferecer às crianças e adolescentes o mínimo do que precisam.

02. LETRA D

a) Falta de equipamentos médicos.

"...não havia um negatoscópio (aparelho para avaliar uma radiografia) e a falta de estetoscópio foi registrada em 23% das fiscalizações."

b) Falta de materiais de higiene.

"Em 3% das UBS visitadas não havia sanitários para os funcionários; em 8% faltavam pias ou lavabos; **sabonete líquido e papel toalha eram itens faltantes** em 16% das unidades."

c) Falta de infraestrutura.

"Em 3% das UBS visitadas **não havia sanitários para os funcionários; em 8% faltavam pias ou lavabos; sabonete líquido e papel toalha eram itens faltantes** em 16% das unidades."

d) Falta de profissionais capacitados.

Extrapolou, pois o texto afirma apenas que "No Brasil, há 35 mil especialistas na área."

03. LETRA A

b) Dados estatísticos. -----> Das 1.266 UBS vistoriadas pelos CRMs em 2015, um total de 739 (58%) apresentava mais de 30 itens em desconformidade com o estabelecido pelas normas legais em vigor

c) Argumentação lógica, por causa e consequência. ----> Plenamente eficientes, ajudariam a reduzir a incidência de doenças e a controlar os problemas crônicos, com menos sequelas e mortes, esvaziando hospitais e, o que mais gostam de ouvir os gestores, diminuindo custos. Contudo, os dados mostram uma rede à margem de suas possibilidades.

d) Apelo sentimental. -----> Em nome da saúde e do bem-estar dos jovens brasileiros, essa realidade deve ser transformada com urgência.

04. LETRA B

Está no sentido de limitar a ação dos médicos em prol da saúde de seus pacientes, visto que, falta recursos e não pela incapacidade ou falta de vontade dos profissionais....

05. LETRA B

Plenamente eficientes, ajudariam a reduzir a incidência de doenças e a controlar os problemas crônicos, com menos sequelas e mortes, esvaziando hospitais e, o que mais gostam de ouvir os gestores, diminuindo custos. **Todavia**, os dados mostram uma rede à margem de suas possibilidades.

06. LETRA C

O sentido da frase é que os dados mostram uma rede de hospitais que pouco aproveita suas oportunidades.

07. LETRA B

Analisando as alternativas:

a) notícia, porque o texto se limita a expor os fatos, sem emitir opiniões.

Errada. Uma notícia não é limitada .

c) artigo científico, pois vale-se de dados científicos para embasar o texto.

Errada. Há dados científicos no texto, porém não podemos concluir que o texto seja um artigo científico.

d) resenha, uma vez que analisa e expõe os dados de uma pesquisa realizada.

Errada. Resenha é uma notícia que expressa os detalhes de um fato, analisando-o de diversas formas.

08. LETRA D

Persuasivo = que convence.

09. LETRA C

- I. "... também tenho certeza que você está vivo." (ERRADA)
- II. Descartes dizia que era possível que nosso corpo e nosso cérebro fossem ilusões, mas que NÃO ERA POSSÍVEL DUVIDAR de que temos uma mente e de que existimos, pois se estamos pensando, existimos" (CERTA)
- III. "eu" como entidade que se move no tempo e no espaço. "Estamos conscientes de nosso passado e podemos projetar nosso futuro. Então, temos o 'eu' corporal, o 'eu' subjetivo e o 'eu' temporal" (CERTA)

10. LETRA A

PARADOXO: pensamento, proposição ou argumento que contraria os princípios básicos e gerais que costumam orientar o pensamento humano, ou desafia a opinião consabida, a crença ordinária e compartilhada pela maioria.

TAUTOLOGIA: uso de palavras diferentes para expressar uma mesma ideia; redundância.

METÁFORA: designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança (p.ex., ele tem uma *vontade de ferro*, para designar uma *vontade forte*, como o ferro).

AMBIGUIDADE: propriedade que apresentam diversas unidades linguísticas (morfemas, palavras, locuções, frases) de significar coisas diferentes, de admitir mais de uma leitura.

11. LETRA B

- I. (FALSA) O conto começa em tom de mistério sem apontar sentimentos dos personagens acerca da ação que realizam.

Trechos do texto: "Mas cada um de nós" .. "Cada um fora alguma vez **feliz**" .. "Ninguém ali me queria" .. "Eu não queria ninguém" .. "Bebíamos sem prazer .. à saúde do ressentimento" .. "não é com você que eu quero" ..

=> *Percebe-se que há mistério na medida em que não é possível determinar os indivíduos ali presentes. Todavia essa alternativa de fato é falsa, pois claramente aponta-se para sentimentos, mesmo que os personagens não sejam determinados: felicidade, desprezo, sensação, ódio etc.*

- II. (FALSA) Os convidados, além de seguirem o que manda a tradição, estabelecem uma relação de solicitude e aproximação entre si.

Trechos do texto: "Não é com você que eu quero, dizia nosso olhar sem umidade..." ... "A avareza de não repartir o sábado, ia pouco a pouco roendo e avançando como ferrugem, até que qualquer alegria seria um insulto à alegria maior".

=> *Percebe-se claramente que não há relação de solicitude e aproximação entre os convidados, além de que aparentemente não seguem nenhuma tradição.*

12. LETRA D

- I. Qualifica a palavra "tecnocracia"
- II. Significado de Amoral
Substantivo masculino: Pessoa indiferente à moral; quem não se opõe nem concorda com os preceitos morais.
Adjetivo: Que não se opõe nem concorda com as regras morais. Desprovido de senso moral por falta de conhecimento, por indiferença ou por reprovar os códigos morais. Não confundir com: imoral.
Significado de Imoral
Adjetivo: Que não tem nenhum princípio moral; que vive contrariamente à moral: homem imoral. Contrário à moral, às normas de conduta estabelecidas por um grupo social, aos bons costumes: obra imoral. Que se opõe ao pudor, à decência; indecente: comportamento imoral; relacionamento imoral.
Substantivo masculino e feminino Devasso; quem leva a vida de maneira libertina.
- III. é derivação prefixal.

13. LETRA D

- I. **Estão flexionados no mesmo tempo verbal.** - presente do indicativo (correto).
- II. **Estão flexionados na mesma pessoa do discurso.** - terceira pessoa do plural (correto)
- III. **Estão flexionados no mesmo modo.** - modo indicativo (correto)

14. LETRA A

1. quem se baseia se baseia EM alguma coisa (em cujos quem investe, investe EM alguma coisa(em que)
2. quem sofre, sofre DE alguma coisa (dos quais)
3. quem paga, paga alguém COM alguma coisa (com que)
4. quem se vale, se vale DE alguma coisa (de que)

15. LETRA A

Trata-se de uma **APOSTO** e não de um **VOCATIVO**.

16. LETRA D

A vida e a transformação nascem da morte do velho.

17. LETRA A

Aposto: é o termo acessório cuja função é a de esclarecer, explicar, identificar, especificar, resumir um outro termo antecedente.

18. LETRA A

- b) Ao se substituir o termo “Mas” (L. 6) por: Todavia, entretanto ou, contudo prejudica-se a correção gramatical e alteram-se as informações originais do período.
Falso, o termo, "mas" é passível de substituição pelos termos, "todavia, entretanto e, contudo," por se tratarem de conjunções adversativas.
- c) A substituição de “pois” (L. 9) por “porque” altera as informações originais do período.
Falso, tanto "pois" quanto "porque" são conjunções explicativas.
- d) A forma verbal “fazem” (L. 8) está no plural porque concorda com “medidas protecionistas” (L.7 e l. 8).
Falso, a forma verbal "fazem" concorda com o termo "representantes".

19. LETRA D

- I. correta, é a regra do verbo haver com sentido de existir.
- II. errada, pois por ser de pequena extensão não é obrigatória.
- III. correta, PROBLEMAS ÁRDUOS

20. LETRA B

- I. Errada. A. A primeira oração **nunca** será um predicado verbo-nominal tampouco a segunda oração, visto que o verbo não está indicando qualidade nem estado da pessoa, logo, o predicado é VERBAL. O predicado da primeira oração é nominal.
- II. Certa. O verbo andar está indicado a qualidade/estado da pessoa, logo é verbo de ligação.
- III. Errada. O primeiro verbo é de ligação e o segundo é transitivo direto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Eudson Justiniano

21. LETRA B

- a) Errada, segundo letra seca da Constituição Federal.
Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001)
- c) Errada. Não perderá o mandato.
Art. 56. NÃO perderá o mandato o Deputado ou Senador:
I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;
- d) Errada. Isso porque admite-se apenas a prisão em flagrante por crime inafiançável.
Art. 53 (...) § 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, SALVO EM FLAGRANTE DE CRIME INAFIANÇÁVEL. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) [IMUNIDADE FORMAL quanto à prisão]

22. LETRA C

- a) *É automática, segundo o STF, a perda do mandato de parlamentar que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.*

FALSO. O entendimento mudou várias vezes. Acho que esse é o último (fonte: Dizer o Direito):

• Se o Deputado ou Senador for condenado a mais de 120 dias em regime fechado: a perda do cargo será uma consequência lógica da condenação. Neste caso, caberá à Mesa da Câmara ou do Senado apenas declarar que houve a perda (sem poder discordar da decisão do STF), nos termos do art. 55, III e § 3º da CF/88.

• Se o Deputado ou Senador for condenado a uma pena em regime aberto ou semiaberto: a condenação criminal não gera a perda automática do cargo. O Plenário da Câmara ou do Senado irá deliberar, nos termos do art. 55, § 2º, se o condenado deverá ou não perder o mandato.

STF. 1ª Turma. AP 694/MT, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 2/5/2017 (Info 863).

- b) *Comissões parlamentares de inquérito, seja em nível federal, seja em nível estadual ou municipal, não podem, por si, determinar a quebra de sigilo bancário de investigado, já que tal informação está sujeita à cláusula constitucional de reserva de jurisdição, conforme o entendimento do STF.*

FALSO. CPI federal e estadual podem quebrar sigilo bancário.

Art. 58. § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

A CPI – que dispõe de competência constitucional para ordenar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas sob investigação do Poder Legislativo – somente poderá praticar tal ato, que se reveste de gravíssimas consequências, se justificar, de modo adequado, e sempre mediante indicação concreta de fatos específicos, a necessidade de adoção dessa medida excepcional. (MS 23.868)

- c) *À servidora ocupante de cargo público é assegurada a proteção ao mercado de trabalho, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.*

CERTO

Art. 7º XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

- d) *Os servidores públicos serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei específica.*

FALSO

Art. 40, § 1, II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

23. LETRA D

- a) *membros dos três poderes são legitimados a propor tanto projetos de lei ordinária quanto propostas de emenda constitucional.*

FALSO

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; (LEGISLATIVO)

II - do Presidente da República; (EXECUTIVO)

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. (LEGISLATIVO)

- b) *o Presidente da República pode vetar tanto projetos de lei ordinária quanto propostas de emenda constitucional.*

FALSO. PEC não está sujeita a veto, sendo promulgada pelas mesas da Câmara e Senado.

Art. 60 § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem. (PEC)

Art. 66. § 1º - Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. (Projeto de lei ordinária)

- c) *a iniciativa popular pode ser exercida tanto por meio da apresentação de projeto de lei ordinária quanto de proposta de emenda constitucional.*

FALSO. Embora existam doutrinadores que aponte a iniciativa popular para emenda à Constituição, não é o posicionamento que prevalece.

Art. 27. § 4º A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

Art. 29. XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

Art. 61. § 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

- d) *o Presidente da República pode propor tanto projetos de lei ordinária quanto propostas de emenda constitucional.*

CERTO

24. LETRA D

- a) São comissões destinadas a investigar fato certo, a serem instaladas por tempo indeterminado, mas devendo ser extintas com o término da respectiva legislatura. Detreminado
- b) Serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de pelo menos dois terços de seus respectivos membros. 1/3 dos membros
- c) De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, não poderão ser criadas mais de uma CPI para apuração de um mesmo fato. Pode criar outra CPI em outra legislatura para investigar o mesmo caso.
- d) Possuem poderes próprios das autoridades judiciais, podendo, inclusive, determinar quebra de sigilos bancário, fiscal e de dados.

25. LETRA D

Comentário: 1

ÂMBITO MUNICIPAL

A pegadinha da questão está no "prefeito". No que diz respeito às contas apresentadas pelos PREFEITOS, tanto as contas de governo quanto as contas de gestão serão APRECIADAS pelo Tribunal de Contas (TCEstado ou TCMunicípio onde houver) e JULGADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL.

ÂMBITO FEDERAL

O mesmo não ocorre com as contas do Presidente da República e o Tribunal de Contas da UNIÃO.

Em âmbito federal, o T.C. da UNIÃO aprecia as contas de governo do P.R. e o CONGRESSO NACIONAL as JULGA.

E o T.C. da UNIÃO julga as contas de GESTÃO dos administradores.

Comentário 2:

"Por maioria de votos, o Plenário decidiu, no RE 848826, que é exclusivamente da Câmara Municipal a competência para julgar as contas de governo e as contas de gestão dos prefeitos, cabendo ao Tribunal de Contas auxiliar o Poder Legislativo municipal, emitindo parecer prévio e opinativo, que somente poderá ser derrubado por decisão de 2/3 dos vereadores."

"A competência para o juízo das contas de prefeito é da Câmara Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas a emissão de parecer prévio, o que se aplica tanto às contas relativas ao exercício financeiro, prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, quanto às contas de gestão ou atinentes à função de ordenador de despesas."

26. LETRA B

a) Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

b) Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

* As competências exclusivas do Congresso Nacional (Art. 49) se materializam por meio de decreto legislativo e não dependem de sanção presidencial.

** As competências do Congresso Nacional que dependem de sanção presidencial (Art. 48) se materializam por meio de lei.

c) Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

d) Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

27. LETRA B

Letra A: errada. O STF entende ser INCONSTITUCIONAL (vide ADI 3041).

Letra C: errada. A imunidade material NÃO se estende ao congressista (...) (AI 657.235 ED, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 7-12-2010, 2ª T, DJE de 1º-2-2011).

Letra D: errada. CPI tem poderes equiparados às autoridades judiciais mas não possuem alguns, como por exemplo, decretar interceptação das comunicações telefônicas (imagina a bagunça que seria!).

28. LETRA B

I - CERTO: Art. 61 § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria

II - CERTO: Isso porque o abono de permanência já conta com o valor previsto na própria CF, que corresponde ao valor da contribuição previdenciária do servidor

Art. 40 § 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

III - CERTO: Art. 66 § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores

IV - Edição de lei posterior, de outro Estado, com idêntico conteúdo normativo. Ofensa à autoridade da decisão do STF. Não-caracterização. Função legislativa que não é alcançada pela eficácia 'erga omnes', nem pelo efeito vinculante da decisão cautelar na ação direta. Reclamação indeferida liminarmente. Agravo regimental improvido. (...) A eficácia geral e o efeito vinculante de decisão, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, só atingem os demais órgãos do Poder Judiciário e todos os do Poder Executivo, NÃO ALCANÇANDO o legislador, que pode editar nova lei com idêntico conteúdo normativo, sem ofender a autoridade daquela decisão." (RTJ 193/858, Rel. Min. CEZAR PELUSO)

29. LETRA C

a) Enviar ao órgão legislativo competente o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento.

art. 84 da CF e art. 160, § 2º da Constituição de Minas

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

b) Nomear os membros do tribunal de contas da respectiva esfera federativa.

art. 84 da CF e art. 90, XXIII da Constituição de Minas.

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

c) (ERRADA) Editar medidas provisórias.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu hoje (4/9), por maioria, que os governadores de estados podem editar Medidas Provisórias, em caso de relevância e urgência, desde que elas sejam convertidas em leis pelas respectivas assembleias legislativas. Mas as Medidas Provisórias devem estar previstas nas Constituições estaduais. Por não haver tal previsão na Constituição de Minas, o governador não pode editar MP. Saber disso na hora da prova é tenso.

d) Convocar extraordinariamente o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa Estadual, respectivamente, e conforme o caso.

art. 57 da CF e art. 53, § 5º da Constituição de Minas.

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

II - pelo Presidente da República, ..., em caso de urgência ou interesse público relevante.

30. LETRA B

Foi proposta, por um terço (metade art 60, III) das assembleias legislativas das unidades da Federação, emenda constitucional com o objetivo de alterar dispositivo referente à Defensoria Pública, visando-se aprimorar a estrutura orgânico-institucional desse órgão. Votada em dois turnos nas duas casas do Congresso Nacional, a emenda foi aprovada mediante três quintos dos votos dos membros de cada uma delas. Nesta situação hipotética, a referida proposta deve ser considerada

- a) **ERRADA:** constitucional, pois o tema tratado na emenda respeita as limitações formais e materiais ao poder constituinte derivado reformador.
NÃO RESPEITA AS LIMITAÇÕES FORMAIS. ART 60, III, CF/88
- b) **CORRETA:** inconstitucional, já que a emenda fere limitação formal ao poder constituinte derivado reformador.
ART 60, III
- c) **ERRADA:** inconstitucional, pois a emenda fere cláusula pétreia da separação dos poderes.
NÃO FERRE A SEPARAÇÃO DE PODERES. A Defensoria Pública, órgão autônomo, faz parte das Funções Essenciais à Justiça (arts. 127 a 135, da Constituição).
- d) **ERRADA:** inconstitucional, uma vez que a emenda fere cláusula de reserva de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
NÃO HÁ PREVISÃO LEGAL DE EC DE INICIATIVA PRIVATIVA QUANTO A CF.
HÁ PREVISÃO DE EC PRIVATIVA DO EXECUTIVO APENAS PARA AS CF'S ESTADUAIS.

31. LETRA D

- a) **NORMATIVA** – é a constituição cumprida *à risca* em todos os seus termos, porque ela já existe para refletir o real contexto social.
- b) **BALANÇO** – é a constituição que descreve e registra a organização política estabelecida. É chamada de constituição balanço pois registra um estágio das relações de poder e, conforme estas relações se modificam ou evoluem, efetua-se um balanço, uma análise da nova situação política para, então, com fundamento nesta avaliação, adotar uma nova constituição adaptada à nova realidade.
- c) **SEMÂNTICA** – a constituição existe para legitimar o exercício do poder político ditatorial; é sempre outorgada e é de cunho unipessoal, autoritário e ditatorial.
- d) **NOMINAL** (ou nominativa) – a constituição não é cumprida *à risca* porque ela não se propõe a isso; o objetivo dela é fixar certos parâmetros para o futuro. A constituição possui uma série de normas que direcionam e dirigem a atuação do Estado, trazendo diversos programas para a atuação do Estado.

* **OBS!!** Há uma divergência doutrinária sobre qual a classificação da constituição brasileira, se ela é normativa ou nominal.

32. LETRA D

- I. As normas de eficácia absoluta, assim como as cláusulas pétreas, são normas constitucionais intangíveis.
CORRETO
- II. As normas de eficácia plena têm aplicabilidade mediata, porque seus efeitos podem ser postergados.
INCORRETO
São normas que, desde a entrada em vigor da Constituição, produzem, ou têm possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais. São normas de aplicabilidade direta, imediata e integral.
- III. As normas de eficácia relativa restringível ou de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, embora sua eficácia possa ser reduzida conforme estabelecer a lei. **CORRETO**
- IV. As normas de eficácia relativa complementável têm produção mediata de efeitos, ou seja, enquanto não for promulgada a legislação regulamentadora, não produzirão efeitos positivos, além de terem eficácia paralisante de efeitos nas normas anteriores incompatíveis. **CORRETO**

33. LETRA D

O controle de constitucionalidade preventivo ocorre antes da promulgação de uma lei ou emenda. Pode ser exercido pelo Poder Legislativo, por meio das Comissões de Constituição e Justiça, pelo Poder Executivo, através do veto jurídico, e excepcionalmente pelo Poder Judiciário.

Conforme ensinamentos do Professor Marcelo Novelino (*Direito Constitucional*. São Paulo: Editora Método, 2009, 3ª ed. p. 221):

O Poder Judiciário, ainda que de forma excepcional, também poderá exercê-lo caso seja impetrado um mandado de segurança por Parlamentar, em razão da inobservância do *devido processo legislativo constitucional*, como ocorre no caso de deliberação de uma proposta de emenda tendente a abolir cláusula pétrea. Os parlamentares têm *direito público subjetivo* à observância do devido processo legislativo constitucional. Por isso, apenas eles, e nunca terceiros estranhos à atividade parlamentar, têm legitimidade para impetrar o mandado de segurança nessa hipótese. A iniciativa somente poderá ser tomada por membros do órgão parlamentar perante o qual se achem em curso o projeto de lei ou a proposta de emenda. Trata-se de um controle concreto, uma vez que a impetração do *mandamus* surge a partir da suposta violação de um direito (ao devido processo legislativo).

De acordo com entendimento do STF, o controle jurisdicional prévio ou preventivo de constitucionalidade sobre projeto de lei ainda em trâmite somente pode ocorrer de modo incidental, na via de exceção ou defesa.

LEI ORGÂNICA E REGIMENTO INTERNO

Carol Mesquita

34. ANULADA. Erro digitação na alternativa A.

35. LETRA D

A alternativa correta é D, pois nenhuma das assertivas tem previsão na LOM, já que o interesse municipal se restringe ao local, em função da autonomia não se organiza segundo a legislação federal e a competência em relação ao fogo não passa legalmente por ele.

36. LETRA B

A alternativa correta é B, de acordo com o previsto no artigo 93 da LOM: A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria dos membros da Câmara ou de pelo menos cinco por cento do eleitorado.

37. LETRA A

A alternativa correta é A, já que contraria a previsão do art.108, XIII da LOM que prevê que a competência do Prefeito é de celebrar convênios, ajustes e contratos de interesse municipal e não autorizar, que passa pelo limite das atribuições do Legislativo

38. LETRA D

A alternativa correta é d segundo previsão expressa do artigo 51 do Regimento. As demais alternativas ferem respectivamente os seguintes artigos: 64 PAR.2º, 47PAR7º e art.72.

39. LETRA D

A alternativa correta é d segundo artigo 61, I e II do regimento:

À comissão processante compete praticar os atos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento quando do processo e julgamento:

I - do prefeito, do vice-prefeito e de secretário municipal, nas infrações político-administrativas;

II - do vereador, na hipótese do § 2º do art. 21.

40. LETRA D

A alternativa incorreta é d segundo artigo 164, I que determina que essa reunião deve ocorrer no início da sessão legislativa ordinária e não do início da legislatura.

41. LETRA A

A alternativa correta é A

- I. Assertiva correta. Art. Art. 161, parágrafo único do regimento interno.
- II. Assertiva correta. Art. 160, parágrafo 2º do regimento interno.
- III. Assertiva incorreta. Art. 154, parágrafo 1º do regimento interno determina que na verificação de votação os vereadores serão convidados a se levantarem os que tenham votado a favor.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Gláucia Felix

42. LETRA B

A proposta de lei orçamentária anual é competência exclusiva do Poder Executivo de acordo com o art. 165 da Constituição da República, não competindo a deputado federal a iniciativa desse processo legislativo. Sendo assim, houve um vício formal subjetivo, uma vez que o sujeito que iniciou o processo legislativo não detinha competência para fazê-lo, acertando assim o Presidente da República em vetar a lei por inconstitucionalidade, fazendo um controle prévio e político de constitucionalidade.

43. LETRA A

O princípio da ação, ou da demanda, indica a atribuição à parte da iniciativa de provocar o exercício da função jurisdicional. Denomina-se ação o direito (ou poder) de ativar os órgãos jurisdicionais visando à satisfação de uma pretensão. O juiz deve manter-se inerte até que a parte instaure o processo (inércia da jurisdição). A jurisdição só atua quando provocada.

44. LETRA A

Não podemos confundir a interpretação analógica com analogia. Isto porque a analogia não é método de interpretação da norma. É forma de integração da norma. A doutrina entende que o ordenamento jurídico apresenta lacunas, vazios e devem ser preenchidos, e o processo de preenchimento, chama-se analogia. A analogia é um princípio jurídico segundo o qual a lei estabelecida para determinado fato a outro se aplica, embora por ela não regulado, dada a semelhança em relação ao primeiro. E assertiva II faz referência à analogia e não à interpretação analógica que é aquela que só poderá ser feita pelo intérprete quando a própria lei permitir ou determinar que assim o faça.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

45. LETRA C

Toda vez que a lei exige publicação de algo, exige como condição de eficácia do ato.

46. LETRA D

trata-se de conceito e características das agências reguladoras.

47. LETRA C

Trata-se de débito pessoal e não real, razão pela qual deve ser cobrada a dívida do antigo usuário.

48. LETRA C

A autarquia possui autonomia em relação ao ente que a criou. Contudo, essa autonomia não se equipara a autonomia destes entes. Por possuírem autonomia, elas podem se autoadministrar.

49. LETRA D

Trata-se do conceito de serviço público.

50. LETRA C

Trata-se do conceito expresso na Lei 11.079/04.

51. LETRA A

Trata-se da encampação, nos termos da lei 8.987/95.

52. LETRA C

Trata-se da redação do art. 19, III da Lei 8.666/93.

53. LETRA A

Das opções estabelecidas, essa é a única ação judicial, razão pela qual se trata de controle judicial.

FINANÇAS PÚBLICAS

Rodrigo Borges

54. LETRA D

54. Com relação à articulação planejamento-orçamento, no âmbito do Ciclo Orçamentário no Brasil, considere:

- I. O Plano Plurianual (PPA) incorporou na sua metodologia uma visão estratégica, dela derivando objetivos estratégicos que possibilitam o delineamento de uma imagem de sociedade que se quer atingir.
- II. O problema passou a ser a categoria central para a estruturação dos planos, e não, como no planejamento tradicional, apenas elemento de diagnóstico.
- III. ~~No PPA os recursos passaram a ser alocados pensando-se na instituição – por exemplo, dotação orçamentária para a Secretaria da Defesa Agropecuária ou Departamento Nacional de Obras contra a Seca. **No PPA não se alocam recursos, não existe orçamento para 4 anos**~~
- IV. No atual desenho, os recursos são alocados aos programas orientados para a solução de problemas, o que permite juntar mais de um órgão para sua solução.
- V. Se não houver rigorosa seleção dos problemas, o PPA pode perder o conteúdo estratégico, transformando-se primordialmente em um instrumento voltado para a solução de dificuldades conjunturais.

Está **correto** o que se afirma apenas em

- a) I, II e III.
- b) I, III, IV e V.
- c) II e III.
- d) I, II, IV e V.**

55. LETRA A

55. A Lei do Orçamento Anual deve respeitar os princípios da

- a) Anualidade, Universalidade e Unidade.**
- b) ~~Moralidade, Condicionabilidade, Economicidade~~ e Transparência.
- c) Periodicidade, ~~Impessoalidade~~ e ~~Autonomia~~.
- d) ~~Unicidade, Temporariedade~~ e ~~Autonomia~~.

56. LETRA

56. Com relação ao Plano Plurianual (PPA) considere:

- I. Diretrizes são orientações ou princípios que nortearão a captação, gestão e gastos de recursos durante o período, com vistas a alcançar os objetivos de Governo no período do Plano.
- II. Objetivos consistem na discriminação dos resultados que se pretende alcançar com a execução das ações governamentais que permitirão a superação das dificuldades diagnosticadas.
- III. Metas são a tradução quantitativa das orientações ou princípios que nortearão o PPA.
- IV. Compete privativamente ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o PPA, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e as propostas de orçamento previstas na Constituição.
- ~~V. A proposta de PPA **não** poderá receber emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde receberão apenas parecer favorável ou contrário à aprovação. **Toda proposta de lei pode receber emendas.**~~

Está **correto** o que se afirma apenas em

- a) II, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) I, II, III e IV.**
- d) III e V.

57. LETRA D

57. De acordo com a Constituição Federal, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas, entre outras, a destinação de recursos para **Art. 167, IV CF/88**

- a) ~~a amortização e encargos da dívida pública~~, e a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- b) ~~as ações e serviços de assistência social~~, e as ações e serviços públicos de saúde.
- c) ~~as ações e serviços de segurança pública~~, e o ~~pagamento de servidores ativos e inativos~~.
- d) **as ações e serviços públicos de saúde, e a manutenção e desenvolvimento do ensino.**

58. LETRA B

58. O Sr. Beltrano, prefeito da cidade de Piracema do Norte, obteve a aprovação do Plano Plurianual de sua gestão no primeiro ano de seu mandato. No mês de julho do segundo ano de seu mandato, verificou a existência de disponibilidade financeira no caixa da prefeitura, tendo em vista o crescimento da arrecadação e o corte de despesas previstas no orçamento do município. Após uma reunião com o Secretário da Fazenda e o Secretário de Esportes, decidiram iniciar a construção de um parque municipal, cuja obra não constava dos Instrumentos de Planejamento e Orçamento do município (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA), visando propiciar aos munícipes uma área para o lazer e a prática de esportes. **A previsão é que as obras demorariam 24 meses para serem concluídas.** Ao ser consultado, o procurador jurídico do município informou que o Edital para Licitação da obra não pode ser publicado, tendo em vista que antes de iniciar o processo licitatório, o prefeito deve

Conforme Art. 167, § 1º da CF/88

- a) emitir um decreto autorizando a inclusão de gastos com a construção do parque municipal, com recursos advindos de sobras de recursos e cancelamento de despesas autorizadas.
- b) **propor uma Lei que autorize a inclusão da despesa no PPA, na LDO e na LOA e encaminhar à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação.**
- c) propor uma Lei que autorize a inclusão da despesa na LOA do município e encaminhar à Câmara dos Vereadores para discussão e aprovação, sem a necessidade de alterar o PPA e a LDO.
- d) emitir um decreto autorizando a inclusão de gastos com a construção do parque municipal, com recursos advindos de sobras de recursos e cancelamento de despesas autorizadas, e dar ciência à Câmara dos Vereadores.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Borges

59. LETRA D

59. De acordo com determinado segmento da doutrina especializada, os **governos devem optar por políticas cujos ganhos sociais superem os custos** pelo maior valor e devem evitar políticas em que os custos excedam os ganhos. Esse método de avaliação das políticas públicas corresponde ao modelo **Relação custo-benefício = relação racional de modelo**

- a) sistêmico.
- b) institucional.
- c) de processo.
- d) **racional.**

60. LETRA D

60. Sobre conselhos de Políticas Públicas, julgue as alternativas e assinale a **incorreta**:

- a) Os conselhos, nos moldes definidos pela Constituição Federal de 1988, são espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados.
- b) A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses, portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultantes políticos.
- c) Os conselhos são canais importantes de participação coletiva, que possibilitam a criação de uma nova cultura política e novas relações políticas entre governos e cidadãos.
- d) **Os conselhos representam o esvaziamento das responsabilidades públicas do Estado, de qualificação das instâncias de representação coletivas, de fragmentação do espaço público, de despolitização da política e de processos que fragilizam a capacidade de a sociedade civil exercer pressão direta sobre os rumos da ação estatal.**